

MULHERES PREFEITAS

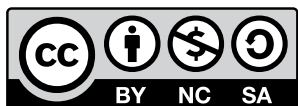
90 anos de liderança feminina
na gestão municipal



MULHERES PREFEITAS

90 anos de liderança feminina
na gestão municipal





Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte. Todavia, a reprodução não autorizada para fins comerciais desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais, conforme Lei 9.610/1998.

As publicações da Confederação Nacional de Municípios – CNM podem ser acessadas, na íntegra, na biblioteca *on-line* do Portal CNM: www.cnm.org.br.

Autora:

Giane Boselli

Textos e pesquisa:

Rede de Desenvolvimento Humano – Redeh

Revisão Técnica:

Denise Messias
Thais Mendes

Participação:

Movimento Mulheres Municipalistas (MMM)

Fundadoras do MMM:

Tania Ziulkoski
Dalva Christofolletti

Diretoria-Executiva da CNM:

Gustavo de Lima Cezário

Revisão de textos:

Keila Mariana de A. O. Pacheco

Diagramação:

Themaz Comunicação

Ficha catalográfica:

Confederação Nacional de Municípios – CNM. Mulheres Prefeitas: 90 anos de liderança feminina na gestão municipal. – Brasília: CNM, 2019.

62 páginas.
ISBN 978-85-8418-126-1

1. Gestão Municipal. 2. História. 3. Eleições Municipais. 4. Equidade de gênero. 5. Políticas públicas. 6. Movimento Municipalista.



Diretoria CNM GESTÃO 2018-2021

Conselho Diretor

| | |
|---------------------------|--|
| PRESIDENTE | Glademir Aroldi |
| 1º VICE-PRESIDENTE | Julvan Rezende Araújo Lacerda |
| 2º VICE-PRESIDENTE | Eures Ribeiro Pereira |
| 3º VICE-PRESIDENTE | Jairo Soares Mariano |
| 4º VICE-PRESIDENTE | Haroldo Naves Soares |
| 1º SECRETÁRIO | Hudson Pereira de Brito |
| 2º SECRETÁRIO | Eduardo Gonçalves Tabosa Júnior |
| 1º TESOUREIRO | Jair Aguiar Souto |
| 2º TESOUREIRO | João Gonçalves Júnior |

Conselho Fiscal

| | |
|-----------------|---|
| TITULAR | Jonas Moura de Araújo |
| TITULAR | Exedito José do Nascimento |
| TITULAR | Christiano Rogério Rego Cavalcante |
| SUPLENTE | Pedro Henrique Wanderley Machado |
| SUPLENTE | Marilete Vitorino de Siqueira |
| SUPLENTE | Cleomar Tema Carvalho Cunha |

Representantes Regionais

| | |
|----------------------------|---|
| REGIÃO NORTE | Francisco Nelio Aguiar da Silva |
| REGIÃO NORTE | Wagne Costa Machado |
| REGIÃO SUL | Alcides Mantovani |
| REGIÃO SUDESTE | Daniela de Cássia Santos Brito |
| REGIÃO SUDESTE | Luciano Miranda Salgado |
| REGIÃO NORDESTE | Rosiana Lima Beltrão Siqueira |
| REGIÃO NORDESTE | Roberto Bandeira de Melo Barbosa |
| REGIÃO CENTRO-OESTE | Rafael Machado |
| REGIÃO CENTRO-OESTE | Pedro Arlei Caravina |

Carta do Presidente

Prezada(o) municipalista,

O Movimento Mulheres Municipalistas, lançado em 2017, pela Confederação Nacional de Municípios, apresenta nesse importante livro, uma longa pesquisa realizada com o apoio da Rede de Desenvolvimento Humano – Redeh, que traz uma visão histórica sobre os 90 anos da trajetória das mulheres na liderança do poder local brasileiro.

Como sabemos, a participação feminina na política brasileira é uma das mais baixas do mundo, em todos os níveis dos poderes executivos e legislativos. Nas prefeituras, a escalada das mulheres até o cargo de prefeitas também tem sido lenta e difícil. Porém, milhares de mulheres engajadas e corajosas já alcançaram a liderança do poder executivo local de Municípios de todos os portes e regiões do país.

Esta pesquisa aqui apresentada é uma homenagem e um gesto de valorização dessas 3.208 mulheres que exerceram e exercem o cargo de prefeitas desde janeiro de 1929, quando Alzira Soriano assumiu a prefeitura de Lajes, no Rio Grande do Norte. Trata-se de um material que traz à tona nomes e biografias de mulheres pioneiras nos Estados e nas capitais. Além disso, é uma forma de também celebrar os 90 anos de poder feminino na gestão municipal e mostrar toda a luta histórica vivenciada pelos movimentos sociais feministas nesse período.

Boa leitura!



Glademir Aroldi
Presidente da CNM



Carta das Fundadoras

O Movimento Mulheres Municipalistas surgiu em 2017, a partir de um profundo desejo de reconhecer o valor do trabalho das lideranças femininas na gestão local, promover a igualdade de gênero na política e auxiliar as mulheres a ganharem mais espaço e poder na esfera política.

Nosso objetivo também é trazer essas grandes mulheres para lutar pela pauta municipalista, bem como estimulá-las a promover a participação de diversas outras em cargos de liderança nas prefeituras brasileiras.

O fomento à participação feminina nos processos eleitorais e nos espaços políticos de decisão tem sido um trabalho árduo em nosso país. Por isso, com essa publicação, buscamos dar ampla visibilidade a todas as mulheres que, nos últimos 90 anos, conquistaram o cargo de prefeitas e assumiram o compromisso da gestão pública local, mesmo enfrentando tantos preconceitos e discriminações advindas do fato de serem mulheres.

Para nós, mulheres municipalistas, essa publicação é, ao mesmo tempo, uma fonte de conhecimento e de reconhecimento. Conhecimento, pois trata-se de um valioso compêndio sobre a história política da liderança feminina na esfera municipal. E reconhecimento, porque essas mulheres merecem ser homenageadas e fortalecidas.

Um grande abraço,



Dalva Christofoletti
Fundadora do MMM



Tânia Ziulkoski
Fundadora do MMM



Foto: Divulgação/ Tribunal Superior Eleitoral

Em 1929, **Alzira Soriano** foi a primeira mulher a assumir a prefeitura de uma cidade no Brasil e na América Latina. Nas eleições municipais indiretas de 1928, foi eleita prefeita de Lajes (RN). A indicação da candidata foi feita pela advogada Bertha Lutz, pioneira no feminismo brasileiro.



Foto: Divulgação/Assembléia Legislativa do Ceará

Em 1985, **Maria Luiza Fontenele** se tornou a primeira prefeita de uma capital brasileira, sendo eleita para governar o Município de Fortaleza, no Ceará.

Apresentação¹

A ascensão das mulheres ao mundo da política local

A conquista do voto feminino foi resultado de um processo iniciado antes mesmo da proclamação da República. A Constituição de 1891 vetou o direito de voto a analfabetos, mendigos, soldados e religiosos. Mesmo sem mencionar as mulheres, foram necessários, ainda, mais de 40 anos de luta para terem esse direito reconhecido.

Os anos que se seguiram foram marcados por importantes avanços, culminando, em 1932, com o reconhecimento do direito ao voto. Entre as alcovas, as fábricas, a imprensa feminina e as praças, mulheres como Bertha Lutz, Almerinda Gama, Natércia da Silveira, Leolinda Daltro, entre tantas outras, protagonizaram a conquista do direito ao sufrágio às mulheres, fato polêmico, pois mexia com valores machistas e patriarcais que regiam a Constituição de então.

Mas algo completamente revolucionário já havia acontecido 4 anos antes, quando Alzira Soriano foi eleita prefeita de Lajes, uma cidade do interior do Rio Grande do Norte. Feito histórico, pois jamais algo do gênero havia acontecido no Brasil e nas Américas, Alzira rompeu preconceitos e barreiras que sempre insistiram em afastar as mulheres de lugares de representação política.

Passados 90 anos desde essa conquista e apesar dos avanços das últimas décadas nos direitos conquistados pelas mulheres e aumento da presen-

¹ Este livro é resultado de uma ampla pesquisa realizada em 2018 pela Rede de Desenvolvimento Humano – (Redeh), a pedido do Movimento Mulheres Municipalistas, da Confederação Nacional de Municípios. Para realizar esse mapeamento, pesquisadoras da Redeh recorreram a alguns sites oficiais, tais como: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IBGE), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Confederação Nacional de Municípios (CNM), Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), entre outros. As principais fontes documentais utilizadas foram: artigos, dissertações, teses, livros, pesquisa na internet e material próprio da Redeh sobre o tema (www.mulher500.org.br).

ça delas em cargos eletivos, o avanço em termos de equidade de gênero nas eleições de prefeitas vem acontecendo a passos lentos.

Essa persistente sub-representação das mulheres nos cargos eletivos não só revela a desigualdade de gênero como uma série de desafios ainda pendentes que devem ser enfrentados para alcançar a meta de igualdade entre mulheres e homens no espaço público, desafio colocado às gestoras e aos gestores desse país, pois boa parte da raiz deste problema é a falta de memória.

Pouco se sabe e, menos ainda, se aprende nas salas de aula sobre as diversas e diferentes formas de participação das mulheres nos partidos políticos, nos cargos eletivos e executivos para construção do país. Essa invisibilidade secular tem deixado uma profunda lacuna na formação da juventude brasileira, perpetuando assim as corriqueiras distorções com que são tratadas as questões de gênero na nossa sociedade.

Nas últimas décadas, o mundo assistiu a uma grande mudança na condição das mulheres. De coadjuvantes da história, passaram a protagonizar seus destinos e desejos. Apesar de as mulheres estarem ocupando vários espaços de decisão na sociedade, de o Brasil ter eleito, em 2010, uma mulher para a Presidência da República, a baixa representação das mulheres nas esferas municipais está longe dos compromissos assumidos pelos governos nas Conferências Internacionais. Se somarmos às desigualdades de gênero a questão racial e étnica, os dados são ainda mais estarrecedores, confirmando que, infelizmente, ainda vivemos numa cultura política carregada de discriminações e preconceitos.

Apesar das limitações culturais que são impostas às mulheres, apesar dos poucos recursos, do preconceito vigente e das escassas oportunidades de atuação no mundo público, o fato é que muitas delas conseguiram a proeza de se eleger num processo de recriação da arte de fazer política. E é isto que queremos mostrar como exemplo e incentivo à participação igualitária das mulheres no poder.

Schuma Schumacher

Destques da trajetória feminina na liderança da gestão municipal

Este capítulo traz algumas questões significativas detectadas durante o estudo da história da trajetória das mulheres prefeitas no Brasil. Alguns fatos são bem interessantes e revelam padrões culturais destoantes no território nacional, tal como o protagonismo das mulheres nordestinas na cena política local.

Dentre as mais de 3.000 mulheres já eleitas no Brasil como prefeitas, 50% estão concentradas na região Nordeste, como se pode perceber a partir dos seguintes dados:

1.526 mulheres foram eleitas no Nordeste, sendo a primeira em 1928, na cidade de Lajes/RN.

719 eleitas no Sudeste, sendo a primeira mulher eleita em 1934, em Limeira/SP.

387 eleitas no Sul, tendo a cidade de São Leopoldo/RS eleito, apenas em 1959, sua primeira prefeita.

310 mulheres foram eleitas no Norte do país, sendo Vigia/PA o primeiro Município a ter uma prefeita, no ano de 1935.

266 mulheres foram eleitas no Centro-Oeste, tendo sido Rosário do Oeste/MT, em 1945, a primeira cidade a ter uma mulher no Executivo municipal.

A representatividade de mulheres nos Executivos municipais vem crescendo favoravelmente e de forma diversa nas diferentes regiões do Brasil.

Entre 1976 e 1982, a região Norte teve o maior incremento de representatividade feminina, chegando a 3,12% a mais de mulheres eleitas do que no comparativo de períodos anteriores.

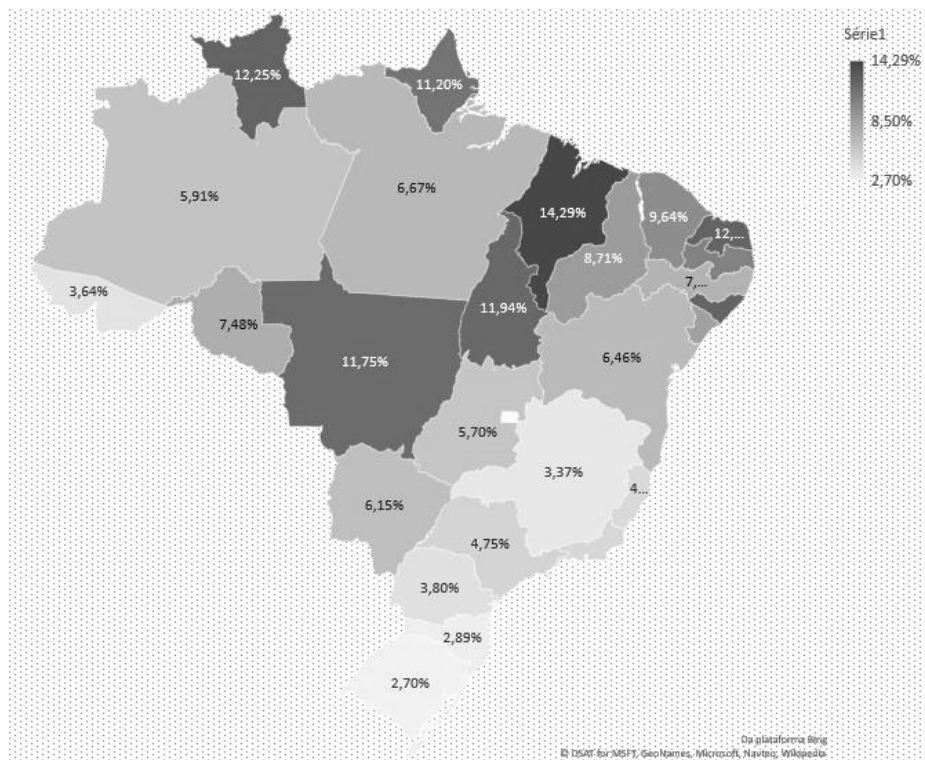
Mas, o maior progresso na representatividade feminina nas prefeituras brasileiras, quando comparados dois pleitos seguidos, está no período de 2008 para 2012. Nesta comparação, o Brasil teve um aumento de aproximadamente 2,80% na representação das prefeitas, passando de 503 eleitas em 2008 – o que representava aproximadamente 9% dos Municípios à época – para 659 eleitas em 2012, o que correspondia a 11,83%.

Há uma tendência de crescimento da presença de mulheres em todas as regiões, mas é ainda nos pleitos entre 2008-2012 que o Centro-Oeste desponta com o maior crescimento no percentual representativo da história. Sua representatividade aumentou em 3,63%, seguido do Nordeste, com aumento de 3,62%.

A análise de todos os pleitos municipais gerais (excluindo aqueles que eram realizados para apenas alguns Municípios) desde 1972 mostra que, em quase 50 anos, houve decréscimo representativo apenas na transição do pleito de 2012 para 2016, algo em torno de 0,29%.

Veja a seguir o percentual médio de mulheres eleitas como prefeitas nos Estados brasileiros de 1972 a 2016, período em que o TSE dispõe de registros periódicos.

Média de representatividade de prefeitas por Estado de 1972 a 2016



Fonte: Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh).

SÉCULO XX

Esse período da história da participação das mulheres na política local, vivenciado no século XX, foi marcado pela ascensão de mulheres, de diversas idades e etnias, como prefeitas de diversas capitais e cidades de grande porte. Na década de 20, surgiu a primeira prefeita do Brasil e da América Latina e, na década de 30, todas as brasileiras adquiriram o direito fundamental de votarem e serem votadas.

Mesmo se tratando de um período político conturbado, marcado pelos anos da ditadura militar e da redemocratização, essas mulheres não deixaram para trás a oportunidade de entrar no mundo da política subnacional e nacional.

DÉCADA DE 1920



Foto: Divulgação/ Tribunal Superior Eleitoral

Alzira Soriano (1897-1963)

Filha de Margarida de Vasconcelos e do coronel da Guarda Nacional, Miguel Teixeira de Vasconcelos, nasceu no dia 29 de abril, de 1897, no pacato Município de Jardim de Angicos/RN. De seu casamento com o promotor Tomaz Soriano de Souza Filho herdou o sobrenome, passando a se chamar Alzira Soriano. A efervescência do movimento sufragista e a importância de seu pai – líder político local – foram os ingredientes para que Alzira entrasse para a história como a primeira prefeita da América Latina, empossada no dia 1º de janeiro de 1929, para assumir a gestão de Lajes. Faleceu em Natal, no dia 28 de maio de 1963, vítima de câncer.

DÉCADA DE 1930

Na década de 1930 foram eleitas sete prefeitas. Nos primeiros meses de 1933, começaram os preparativos para a Assembleia Nacional Constituinte. Bertha Lutz, indicada por Getúlio Vargas, fez parte da comissão e levou consigo um documento denominado “13 Princípios”, com propostas de emendas ao texto constitucional.

A cada dia, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) tornava-se o principal veículo de representação política do movimento feminista brasileiro. Bertha e outras feministas, numa estratégia política bem-sucedida da Federação, indicaram o nome de Almerinda Gama como delegada eleitora, compondo o grupo que escolheria a representação classista dos trabalhadores na ANC, realizada em 20 de julho de 1933.

A nova Constituição, promulgada em 16 de julho de 1934, consagrou o princípio da igualdade entre os sexos, o direito do voto feminino, além de introduzir garantias de proteção ao trabalho da mulher. Duas mulheres, nesse período, tornaram-se pioneiras ao serem nomeadas para assumir a gestão municipal de duas cidades: Joana da Rocha Santos (São João, Maranhão) e Maria Teresa Silveira de Barros Camargo (Limeira, São Paulo). No dia 14 de outubro, foram disputados cargos para governador, Câmara Federal e para as Assembleias Constituintes dos Estados. Ao todo 9 (nove) mulheres elegeram-se para as Assembleias Estaduais, e a paulista Carlota Pereira de Queirós elegeu-se como primeira deputada federal do país.

Em 1935, em razão das críticas direcionadas ao Código Eleitoral de 1932, foi promulgado o 2º Código. A Lei 48 substituiu o primeiro sem alterar as conquistas de até então. Neste ano, duas mulheres entraram para a história política do Estado do Pará como as primeiras a assumirem uma gestão municipal: Rose Blanche de Freitas Corrêa, no Município de Vigia, e Violeta Moreira Sirotheau, em Santarém.

1934

Joana da Rocha Santos – Dona Noca (1892)

1ª prefeita do Maranhão – Município de São João dos Patos.

Joana da Rocha Santos, conhecida como Dona Noca, nasceu no dia 18 de dezembro de 1892, em São João dos Patos, Maranhão, onde se tornou a primeira prefeita do Município e do Estado, nomeada, em 1934, pelo delegado do governo federal. São João dos Patos é a capital dos bordados, atividade local exercida hegemonicamente por mulheres. Dona Noca tornou-se uma lenda na região por ter uma visão de mundo à frente de seu tempo.



Foto: Divulgação/ Assembleia Legislativa de São Paulo

Maria Thereza Silveira de Barros Camargo

1ª prefeita do Estado de São Paulo – Município de Limeira.

Maria Teresa Silveira de Barros Camargo natural de Piracicaba, São Paulo, nasceu no dia 12 de novembro de 1894, filha de Maria Amélia de Moraes Silveira e João Baptista da Silveira Melo.

Sua destacada atuação na Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, contra o governo Vargas, mereceu reconhecimento e, em 1934, foi nomeada prefeita de Limeira, pelo então governador Armando de Sales

Oliveira e, neste mesmo ano, tornou-se uma das primeiras deputadas estaduais de São Paulo. Com o Estado Novo, em 1937, sua atuação foi interrompida, mas seguiu na política clandestinamente.

1935

Rose Blanche de Freitas Corrêa

1ª prefeita do Pará – Município de Vigia.

Rose Blanche nasceu em São Luís, capital do Maranhão, em 4 de fevereiro de 1909, filha de Estelita Reis de Freitas e José Carneiro de Freitas. Casou-se muito jovem com o industrial paraense João Jorge Corrêa, importante liderança do Partido Liberal (PL). Um episódio de assassinato, envolvendo políticos da região, fez com que seu marido ficasse inelegível e não pudesse se candidatar. A fim de preservar a base política da família, Rose foi candidata em seu lugar. Elegeu-se prefeita de Vigia, Pará, onde permaneceu por dois anos, até a promulgação do Estado Novo. Com a redemocratização, em 1945, passou a integrar a Associação Legião Feminina Magalhães Barata.

Violeta Moreira Sirotheau

Eleita no mesmo ano – Município de Santarém

Violeta nasceu no dia 3 de junho de 1913, em Belém do Pará, filha de Isabel Moreira Sirotheau e Fabrício Sirotheau. Na década de 1930, fixou residência em Santarém, onde prestou concurso para a Receita Federal e para a administração municipal. Na prefeitura, exerceu a função de secretária-contadora. Quando o prefeito Major João Nogueira da Silva, de quem era amiga, veio a falecer, Violeta ocupou o cargo, tornando-se a primeira mulher prefeita de Santarém. Tomou posse em 7 de dezembro de 1935 e permaneceu no cargo até fevereiro de 1936.

1936

Nair Guimarães Lacerda

1ª prefeita da Bahia – Município de Urandi.

Com sua história tendo se iniciado por volta de 1812, antes de receber o nome atual, o Município de Urandi, no Estado da Bahia, foi desmembrado algumas vezes, dando espaço ao surgimento de outros Municípios. Sempre fora comandado por homens até que, em 1936, os cidadãos urandienses tiveram no comando uma mulher, sua primeira prefeita, Nair Guimarães Lacerda. Ela foi indicada pela então deputada Maria Luiza D. Bittencourt e nomeada pelo governador Juracy Magalhães. A decisão agradou muitos, mas também desagradou outros.

Herondina de Vilhena

1ª prefeita do Rio de Janeiro – Município de Angra dos Reis.

O Município de Angra dos Reis, na região sul do Estado do Rio de Janeiro, teve grande destaque como produtor de cana-de-açúcar e cachaça, além de servir de rota no ciclo do ouro. Muito visitado por Dom Pedro II à sua época, Angra dos Reis, já emancipado, foi o primeiro Município do Estado a ter uma mulher prefeita. Ela foi Herondina de Vilhena, nomeada para o cargo em 1936. Sua gestão foi marcada e é lembrada por sua honestidade. Além de ser pioneira no Município, é também a primeira mulher prefeita do Estado do Rio de Janeiro. Recebeu do Vaticano a Comenda “Pró Eclesiástica Pontífice” e foi terceira presidente do Apostolado da Oração de Angra dos Reis, por um período de 45 anos.

DÉCADA DE 1940

Na década de 1940 chegaram ao poder 11 prefeitas. Até então, a Era Vargas havia consolidado um Estado de Direito, com muitas conquistas no âmbito social, político e econômico. No entanto, este período supostamente democrático durou pouco, quando Getúlio instaurou o Estado Novo, um regime autoritário para governar o país. Os parlamentos foram fechados e as ações dos movimentos sociais, inclusive das mulheres, foram reprimidas.

Em novembro de 1937, Getúlio anunciou, pelo rádio, a “nova ordem” do país. Outorgada nesse mesmo dia, a Constituição de 1937 extinguiu a Justiça Eleitoral, aboliu os partidos políticos existentes, suspendeu as eleições livres e estabeleceu eleição indireta para presidente da República, com mandato de seis anos. Apoiado pela classe dominante, Getúlio Vargas iniciou um governo centralizador e autoritário, a chamada ditadura Vargas. O Parlamento, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais foram dissolvidas.

Porém, antes desta nova ordem autocrática, no ano de 1936, uma mulher no Estado da Bahia foi nomeada, pelo governador, para assumir a gestão do Município de Urandir. **Nair Guimarães Lacerda**, embora tenha permanecido neste cargo por pouco tempo, marcou a história política do país como a primeira prefeita do Estado baiano. O Estado do Rio de Janeiro – na ocasião capital da República – conheceu sua primeira prefeita no Município de Angra dos Reis, Herondina de Vilhena, nomeada no dia 7 de maio.

Em 1945, o cenário político era de tensão, mas, em meio ao regime repressivo de Vargas, uma mineira, chamada **Laudelina de Campos Melo**, de Poços de Caldas, tornava-se uma liderança da classe das trabalhadoras domésticas. Além dela, outra mulher no Estado do Ceará, **Enedina de Carvalho**, foi nomeada prefeita de Boa Viagem, marcando o seu pioneirismo e abrindo portas para outras mulheres.

Após oito anos, o Estado Novo já não se encontrava numa posição tão sólida. Alguns fatores contribuíram para isso, como, por exemplo, o afastamento do general Góis Monteiro, uma das bases militares do regime. Os estudantes universitários mobilizados, através da União Nacional dos Estudantes, organizaram passeatas contra o regime ditatorial. Neste período, o major da Aeronáutica Eduardo Gomes, ligado ao tenentismo, lançou-se candidato à Presidência da República e seu nome passou a ser bastante divulgado a partir de então. Em oposição ao major, candidatou-se o general Eurico Gaspar Dutra.

Desde então, alguns partidos foram instituídos e atravessaram todo este período até 1964: a União Democrática Nacional, cujo candidato era Eduardo Gomes; o Partido Social Democrático, cujo candidato era o general Dutra; e o Partido Trabalhista Brasileiro. Bastante pressionado pela oposição, Getúlio Vargas viu-se forçado a renunciar e retirou-se do governo com uma declaração pública em 29 de outubro de 1945.

Os ministros militares destituíram Getúlio e passaram o governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, à época também presidente do TSE, até a eleição, em 2 de dezembro de 1945, e posse do novo presidente da República, o general Dutra, em janeiro de 1946.

Com a deposição de Getúlio Vargas e a revogação da Constituição de 1937, foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte para elaboração de uma nova constituição para o Brasil. O Decreto-Lei 7.586/1945, conhecido como Lei Agamenon, em homenagem ao ministro da Justiça Agamenon Magalhães, responsável por sua elaboração, restabeleceu a Justiça Eleitoral, regulando em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições.

Nesta euforia democrática, surgiram diversas organizações de mulheres, que reivindicavam direitos iguais. A Constituição de 1946, por um lado, marcou a volta da democracia; mas, por outro lado, revogou os princípios de isonomia e eliminou a expressão “sem distinção de sexo”. Apesar desta euforia democrática que impregnava a sociedade, a Constituição retro-

cedeu no que diz respeito aos direitos conquistados pelas mulheres com a Constituição de 1934. Definiu-se o Brasil como República Federativa e determinaram as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios, assim como as atribuições dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. No campo político, o governo Dutra cerceou a plena liberdade de atuação dos sindicatos, que ficaram sob a intervenção do Estado.

No dia 19 de janeiro de 1947, foram realizadas eleições diretas para todos os cargos, com exceção do Executivo federal. Neste pleito, duas mulheres entraram para a história política do Brasil como as primeiras a assumirem a gestão municipal nos Estados de Pernambuco e Mato Grosso: **Maria da Conceição Pereira de Andrade**, em Altinho, Pernambuco, e **Lígia Borges Figueiredo**, em Rosário Oeste, Mato Grosso. Outras duas mulheres assumiram prefeituras municipais do Estado de São Paulo. Em 1948, uma mulher chamada **Claudemira Regina de Carvalho Fortes** foi nomeada para assumir a prefeitura de Esperantina, Município do Piauí, tornando-se a pioneira do Estado.

1945

Enedina de Carvalho

1ª prefeita do Ceará – Município de Boa Viagem.

Enedina de Carvalho nasceu no dia 16 de dezembro de 1906, no Município de Boa Viagem, sertão do Canindé, Estado do Ceará, filha de Maria Emília Araújo de Carvalho e José Cândido de Carvalho, importante político local. Com apenas 15 (quinze) anos de idade casou-se com o comerciante José Leorne Leitão, que faleceu 6 (seis) anos após o casamento. Viúva aos 21 (vinte e um) anos de idade, casou-se, novamente, com Joaquim. Entrou para a política, em 1945, na gestão de seu cunhado, nomeada tesoureira

da prefeitura de Boa Viagem. Neste mesmo ano, assumiu o governo municipal de Boa Viagem por indicação do interventor federal do Estado Dr. Benedito Augusto Carvalho dos Santos, tornando-se a primeira prefeita do Ceará. Faleceu no dia 6 de agosto de 1966, vítima de um câncer.

1947

Lígia Borges Figueiredo

1ª prefeita do Mato Grosso – Município de Rosário Oeste.

(1904-1990) Lígia Borges Figueiredo nasceu no dia 1º de março de 1904, no distrito do Bauxi, no Município de Rosário Oeste, Mato Grosso, filha de Mariana de Moraes Borges e do coronel Artur de Campos Borges. Fez história no Estado quando se elegeu prefeita de Rosário Oeste e administrou o Município de 1947 a 1949 – a primeira mulher do Estado a assumir uma prefeitura. Em sua gestão foi responsável pela implantação da usina hidrelétrica do Tombador e doação de um terreno para construção do Hospital do Amparo. Faleceu no dia 5 de outubro de 1990, em Cuiabá. Em 2009, foi homenageada pelo deputado Federal Homero Pereira.

Maria da Conceição Pereira de Andrade

1ª prefeita de Pernambuco – Município de Altinho.

De 1891, quando o Brasil era uma recém-República, aos dias atuais, o Município de Altinho, em Pernambuco, contou com um número considerável de dirigentes. Entre tantos eleitos e nomeados, encontra-se apenas uma mulher. Maria da Conceição foi nomeada para assumir a prefeitura do Município em janeiro de 1947 e permaneceu no cargo por curto período.

Historicamente, a política brasileira é dominada por homens, e a trajetória de muitas mulheres neste espaço de poder é silenciada, dificultando o acesso a fontes que podem nos trazer um pouco de suas biografias.

1948

Claudemira Regina de C. Fortes

1ª prefeita do Piauí – Município de Esperantina.

Conhecida também como Mireta Fortes, assumiu a prefeitura municipal de Esperantina no dia 28 de janeiro de 1948, em virtude da renúncia do Prefeito Wagner de Souza Campos. Em 9 de fevereiro, tomou posse como prefeito o marido de Claudemira, nomeado pelo então Governador José da Rocha Furtado.

DÉCADA DE 1950

No final da década de 1940, a filósofa Simone de Beauvoir publicou um livro intitulado “O Segundo Sexo”, no qual analisou as origens do patriarcado numa perspectiva histórica, e tornou-se uma referência do movimento feminista ao afirmar que “a mulher não nasce mulher, torna-se”. No início da década de 1950, a Unesco financiou uma série de estudos sobre as relações raciais no Brasil, trazendo uma mudança epistemológica para as análises, posteriores, referentes a este tema.

Com isso, já se aproximavam neste período as eleições presidenciais e para todos os demais cargos do Executivo e do Legislativo. Em 3 de outubro de 1950, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República, pelo voto direto pela primeira vez; e duas mulheres assumiram a gestão municipal, uma no Ceará e outra no Maranhão. **Na década de 1950, foram eleitas 8 prefeitas mulheres.**

Empossado em 31 de janeiro de 1951, Getúlio Vargas tentou atrair adversários, mas indicou o general Estillac Leal para assumir o Ministério da Guerra, na época presidente do Clube Militar.

No interior das Forças Armadas, dois grupos se polarizavam. Os nacionalistas apoiavam a intervenção do Estado na economia e no desenvolvimento por meio da industrialização, baseada no capital nacional. Outra corrente, conhecida como entreguista, não acreditava que a intervenção estatal, diretamente na economia, resolveria todos os problemas brasileiros e defendiam certa abertura do Brasil ao capital estrangeiro. Com isso, Getúlio Vargas nomeou outro ministro para assumir a pasta da Guerra, o general Zenóbio da Costa, e tentar restabelecer certa unidade nas Forças Armadas. Somado a outros fatores, um clima de descontentamento foi tomando conta do país e surgiram alguns movimentos que desejavam a renúncia de Getúlio Vargas.

Não foram realizadas eleições em 1952, porém **uma mulher foi nomeada prefeita, Ana de Moraes Andrade, em Macaparana, Pernambuco**, após o afastamento do gestor municipal. O ano de 1953 foi marcado por greves dos trabalhadores, os quais exigiam aumento salarial e melhores condições de trabalho. O Governo de Getúlio, neste meio tempo, perdeu o apoio das Forças Armadas e, com o cerco se fechando, Getúlio cometeu o suicídio em 24 de agosto de 1954, um ano antes das eleições presidenciais. Deixou uma carta-testamento, cuja conclusão ficou conhecida: “Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História”. O vice-presidente Café Filho tomou posse, assim que o suicídio de Getúlio foi divulgado e se comprometeu a cumprir o mandato até a próxima eleição marcada para outubro de 1955.

No ano anterior, em 1954, ocorreram eleições para todos os cargos eletivos, com exceção do executivo federal, porém nenhuma mulher assumiu a gestão de nenhum Município brasileiro. No ano de 1955, foram realizadas eleições no dia 3 de outubro para o Executivo federal, para o Executivo estadual e para o Executivo municipal. O mineiro Juscelino Kubitschek elegeu-se presidente do Brasil e **Antonieta Henrique Ataíde entrou para a História Política como a primeira prefeita de um Município amazense, Humaitá**. Foi a única mulher, neste pleito, que se elegeu para assumir uma prefeitura.

De acordo com estudiosos, o governo de Juscelino trouxe certa estabilidade política e econômica para o país. O seu lema de campanha “cinquenta anos em cinco” repercutiu em sua atuação política. O mineiro obteve apoio das Forças Armadas, sobretudo do general Lott. No plano político-econômico foi elaborado um Programa de Metas que contemplava desde o transporte até a construção de Brasília, o ponto mais polêmico de seu governo. O governo também deu abertura para a entrada do capital estrangeiro e ficou associado à instalação da indústria automobilística.

No dia 3 de outubro de 1958, novas eleições foram marcadas para todos os cargos, com exceção do Executivo federal.

1955

Antonieta Henrique Ataíde

Primeira prefeita de um Município amazonense, Humaitá.

Humaitá, atual Município do Amazonas, foi elevado à categoria de cidade em 1894, mas somente em 1955 teve sua primeira prefeita. Antonieta Henrique Ataíde foi a primeira e única mulher a assumir o cargo no Município, até os dias atuais, permanecendo nele até o ano de 1961. Não obtivemos muitas informações sobre sua trajetória no âmbito da política. Porém, o reconhecimento por seu pioneirismo está marcado no nome do Plenário da Câmara Municipal de Humaitá: Antonieta Henrique Ataíde.

DÉCADA DE 1960

Na década de 1960 foram eleitas 16 prefeitas. O ano de 1960 foi efervescente e marcado pela inauguração de Brasília, em 21 de abril, e pelas eleições para o Executivo federal, estadual e municipal, que ocorreram em 3 de outubro. Jânio Quadros elegeu-se presidente, com 48,3% dos votos, derrotando o general Henrique Lott, e foi o primeiro gestor do país a tomar posse em Brasília. De acordo com algumas fontes, **somente uma mulher elegeu-se prefeita, Maria Ribeiro Prazeres, no Maranhão, assumindo a gestão de Arari.**

A renúncia de Jânio Quadros, poucos meses após ser empossado, tencionou o campo político, pois o seu vice, João Goulart – o Jango –, encontrava-se na China, e os militares tentavam impedir a sua volta. Até o seu retorno, quem assumiu a gestão do país foi o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli. Nesse período, o regime presidencialista foi substituído pelo parlamentarismo, por meio de um Ato Adicional, aprovado pelo Congresso.

No ano de 1962, em meio a esta turbulência no setor político, novas eleições foram realizadas no dia 3 de outubro, com exceção do Executivo federal. Duas mulheres elegeram-se prefeitas, entrando para a História Política como as primeiras de seus respectivos Estados e Municípios: Maria Dulce Barbosa, em Queimadas, Paraíba, e Nadir de Ávila Ferreira, em Pinheiro Machado, Rio Grande do Sul. Com a volta de Jango, que era declaradamente contra o parlamentarismo, foi marcado um plebiscito para 6 de janeiro de 1963, para manutenção ou não do regime parlamentarista. Só que até a realização deste plebiscito ocorreu uma série de greves e ameaças de paralisações. Jango preocupava a direita conservadora, pois se relacionava com políticos próximos ao PCB. A ameaça do comunismo ronda-

va a cabeça de correntes conservadoras, que acreditavam que a revolução poderia ser o melhor caminho para pôr fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e ao comunismo. Jango propôs ao Congresso a decretação do Estado de Sítio, o que desagradou tanto correntes conservadoras como democráticas. Com isso, grandes paralisações e greves de trabalhadores agitaram o governo de Jango, iniciando sua decadência na presidência e a ascensão dos comandantes militares.

O movimento de 31 de março de 1964 deu início ao Regime Militar, no qual a política brasileira passou a ser controlada por Atos Institucionais (AI). O primeiro Ato – AI 1 – dava mais poderes ao Executivo e restringia o campo de ação do Congresso Nacional. Com isso, os mandatos podiam ser cassados, os direitos políticos podiam ser suprimidos por até dez anos e o Congresso podia ser obrigado a aprovar emendas constitucionais. Em 11 de abril de 1964, eleições indiretas para presidente da República levaram o general Castelo Branco ao poder.

Porém, neste ano, **uma mulher entrou para a História Política do Estado de Goiás, nomeada para a prefeitura de São Sebastião do Tocantins, a primeira a assumir este cargo eletivo: Leonaldina Aires de Moraes.** Com o AI 2, entrou em vigor o bipartidarismo: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que dava sustentação ao regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia oposição.

Em 1965, novas eleições diretas para os cargos do Executivo estadual e Executivo municipal foram marcadas para 3 de outubro, e **América Fernandes Torres marcou seu pioneirismo como a primeira prefeita de Alagoas, assumindo a gestão municipal de Água Branca.**

Maria Dulce Barbosa

1ª prefeita da Paraíba – Município de Queimadas.

(1906-2013) Maria Dulce Barbosa nasceu em Queimadas, Paraíba, no ano de 1906. Dulce é uma pioneira na política local e do Estado, sendo a primeira mulher a ocupar uma gestão municipal na Paraíba, eleita em 1962. Antes disso, foi vereadora por três mandatos consecutivos, conquistando grande popularidade e prestígio na cidade de Queimadas. Faleceu no dia 8 de março de 2013 – Dia Internacional da Mulher – aos 97 (noventa e sete) anos.

Nadir de Ávila Ferreira

1ª prefeita do Rio Grande do Sul – Município de Pinheiro Machado.

Governou o Município de Pinheiro Machado de 2 de agosto de 1963 a 30 de janeiro de 1964, sendo nomeada diretamente pelo então Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

1964

Leonaldina Aires de Moraes

1ª prefeita de Goiás – Município de São Sebastião do Tocantins.

Leonaldina Aires de Moraes foi a primeira prefeita do Município de São Sebastião do Tocantins, quando a região ainda pertencia ao Estado de Goiás. Foi nomeada para o cargo no mesmo ano em que a região foi elevada à categoria de Município em 1964. Somente com a criação do Estado de Tocantins – após a Constituição de 1988 – é que o Município deixou de integrar o Estado de Goiás. Com isso, Leonaldina carrega o título de ser a primeira mulher a assumir uma prefeitura do Estado de Goiás.

1965

América Fernandes Torres

1ª prefeita de Alagoas – Município de Água Branca.

(1905-1988) América Fernandes Torres nasceu em Água Branca, sertão de Alagoas, no dia 10 de novembro de 1905, filha de Stella Fernandes Torres e Miguel de Archanjo de Siqueira Torres. Sua residência era reduto de políticos, com quem conviveu desde sua infância. Foi professora primária e diretora do grupo escolar de Água Branca. Em 1965, elegeu-se prefeita da cidade, pelo Partido Social Democrático, sendo a primeira mulher a assumir este cargo em seu Estado. Faleceu em sua terra natal em 12 de março de 1988.

DÉCADA DE 1970

Na década de 1970, o número de prefeitas eleitas saltou de 16 para 59. Neste período, o “milagre econômico” do governo Médici dava sinais de desgaste. A crise internacional do petróleo e a inflação mundial refletiram na política econômica interna. No final de 1972, o Brasil estava afogado na dívida externa. Nesse ano, foram realizadas eleições diretas no dia 15 de novembro para o Executivo municipal e cerca de 27 (vinte e sete) mulheres assumiram a gestão municipal, sendo que 24 (vinte e quatro) na região Nordeste. **Uma mulher, Cléria Maria Silva, entrou para a História Política de Minas Gerais como a primeira prefeita do Estado, exatamente no Município de Barão de Cocais.**

Apesar da crise financeira no Brasil e o clima de incerteza na sociedade, 1975 foi um ano importante para o movimento feminista, pois a ONU (Organização das Nações Unidas) declarou o período, compreendido entre 1975 e 1985, como a década da Mulher em todo o mundo. Uma das delegadas brasileiras, Therezinha Zerbini apresentou um plano de ação e teve uma moção aprovada em prol da Anistia no Brasil. Ao final de 1975, Therezinha fundou o Movimento Feminino pela Anistia, com objetivo de denunciar a repressão imposta pelo sistema. Na prática, o movimento feminista lutava pela redemocratização da sociedade e pela igualdade de direitos. Destacamos, ainda, o ressurgimento de outros movimentos de resistência, como o movimento negro, que fundou o Movimento Negro Unificado, através de um ato público em São Paulo, ao final da década de 1970, reunindo lideranças como Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento etc.

No ano de 1976 ocorreram novas eleições diretas para o Executivo municipal, em 15 de novembro. Os candidatos estavam proibidos de falar na TV e na rádio, a propaganda foi feita com distribuição de currículos e fotografias dos(as) candidatos(as). Neste pleito, **17 (dezesete) mulheres elegeram-se**

ram-se para assumir a gestão municipal, sendo 16 (dezesesseis) delas na região Nordeste e 1 (uma) no Mato Grosso. As manifestações públicas de estudantes contra o regime militar se acirraram e algumas críticas internas com relação ao governo Geisel dividiam opiniões. Com isso, o então presidente sugeriu para sua sucessão o general João Baptista Figueiredo. Nas eleições indiretas para a Presidência da República, em 15 de outubro de 1978, Figueiredo assumiu o cargo.

1972

Cléria Maria da Silva

1ª prefeita de Minas Gerais – Município de Barão de Cocais.

(1948) Barão de Cocais, Município de Minas Gerais localizado a 93 km de Belo Horizonte, foi o primeiro do Estado a ter uma mulher à frente da gestão municipal. Cléria Maria da Silva foi eleita para o cargo de prefeita em 1972, em meio a Ditadura Militar, com apenas 25 anos.

Cléria Maria, que vinha de uma militância política, foi vereadora de 1966 a 1969 pelo mesmo Município. Entre os anos de 1983 e 1987, foi presidenta da Câmara Municipal de Barão de Cocais. Na época de sua candidatura, ela era funcionária do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Barão de Cocais, trabalhando como secretária, e o apoio dos metalúrgicos foi importante para sua vitória. Foi durante seu mandato como prefeita que o posto de saúde da cidade foi reaberto depois de anos inoperante, além do asfaltamento de estradas levando mais indústrias e desenvolvimento para a região.

1976



Foto: Divulgação/ Assembleia Legislativa da Bahia

Maria Luiza Dias Laudano

1ª prefeita da Bahia a ser 4 vezes deputada estadual.

Natural do Município de Pojuca, Estado da Bahia, despertou cedo para os problemas sociais de sua terra natal, ingressando na vida pública em 31 de janeiro de 1971, como vereadora. Envolvida cada vez mais com os problemas sociais e preocupada com o desenvolvimento de Pojuca, foi eleita prefeita municipal em 1976, com uma esmagadora maioria de votos, sendo empossada em 31 de Janeiro de 1977. Governou até o final de 1983. Foi deputada estadual, com quatro mandatos. Nas eleições municipais de 2016, candidatou-se novamente para o cargo de prefeita de Pojuca.

1978

Lia Rocha Varella

1ª mulher a assumir a prefeitura de uma capital brasileira. Foi prefeita de São Luís do Maranhão e também a primeira mulher afrodescendente a liderar um Município maranhense.

DÉCADA DE 1980

Nessa década 140 prefeitas foram eleitas. O general Figueiredo assumiu a presidência, em 15 de março de 1979, com um programa de governo que previa a contenção dos gastos públicos, a privatização de empresas e serviços estatais não essenciais, a descentralização administrativa, a redução da taxa de inflação, que era de 40%, e a prioridade à agricultura. Neste contexto, o movimento de mulheres crescia através de grupos autônomos de mulheres, reunindo os mais diferentes segmentos e expressões políticas.

Entre 1981 e 1983, a recessão atingiu altos níveis, a inflação não foi controlada suficientemente e o Brasil foi obrigado a recorrer aos empréstimos externos. Em meio a esta crise econômica, as Forças Armadas criavam estratégias para impedir a abertura política. Porém, o país rapidamente mobilizou-se para recuperar o direito ao voto para governadores e presidente. O bipartidarismo foi dissolvido e a chamada esquerda brasileira se reorganizou criando partidos de diversas matizes. Neste momento, espalhado em diferentes partidos políticos ou longe deles, o movimento feminista crescia. Eram grupos que defendiam creches, a ampliação da cidadania e o direito à sexualidade, que lutavam por melhores condições de trabalho e contra a violência.

Em 1982, depois de uma longa ditadura, tivemos eleições diretas em 15 de novembro para todos os cargos, com exceção do cargo para presidência da República. No entanto, foi criado o voto vinculado, obrigando os eleitores a votarem nos candidatos do mesmo partido. Ou seja, votar em candidatos de diferentes partidos era o mesmo que anular o voto. **Para o Executivo municipal, 83 (oitenta e três) mulheres foram eleitas, segundo fontes do Ibam, e, destas, 5 (cinco) marcaram o seu pioneirismo como as primeiras dos respectivos Estados: Espírito Santo (Alair Borges Pimentel, em São José do Calçado, e Hilda Bastos Rezende, no Município de**

Apiacá), Mato Grosso do Sul (Marieta Pereira de Sousa, em Angélica, e Neusa Paulino Maia, em Brasilândia) e Rondônia, que teve como precursora Lúcia Tereza, no Município de Espigão do Oeste.

O ano de 1983 foi importante para o movimento de mulheres, pois foram criados os dois primeiros mecanismos de política para as mulheres: O Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo e o de Minas Gerais, inaugurando uma nova fase da relação entre o movimento e o Estado. A eleição municipal de 1982 foi a última realizada durante o Regime Militar. **Em um total de 4.103 Municípios, foram eleitas 60 mulheres como prefeitas.**

Em 1985, mesmo com a euforia da redemocratização e o clima das Diretas Já, as eleições para presidente ocorreram de forma indireta, no dia 15 de janeiro, elegendo Tancredo Neves. No entanto, Tancredo Neves apresentava sérios problemas de saúde, mas preferiu continuar sem tratamento médico até a data de sua posse, agendada para 15 de março de 1985. Tancredo nem chegou a ser empossado, pois foi internado às pressas em Brasília. Chegada a data de sua posse quem assumiu foi seu vice, José Sarney. Um mês e poucos dias após sua internação,

Tancredo Neves faleceu em 21 de abril de 1985. No mês de novembro, foram realizadas eleições diretas para o Executivo municipal das capitais e para alguns Municípios (ou novos ou que estavam sob o regime de segurança nacional).

Duas mulheres entraram para a História Política do país nesse pleito, como as primeiras a assumirem uma capital: Maria Luiza Fontenelle entrou para a História Política do Ceará como a primeira mulher a assumir a gestão de Fortaleza e Gardênia Gonçalves assumiu a gestão de São Luís, capital do Maranhão.

Além delas, outras 3 (três) mulheres tiveram seus nomes consagrados nas urnas para a gestão municipal, em sua maioria na Região Nordeste.

A mobilização e a pressão do movimento de mulheres sensibilizaram José Sarney, o qual encaminhou para o Congresso a proposta de lei para criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com autonomia administrativa e vinculada ao Ministério da Justiça, tendo à frente, como presidenta do órgão, a deputada paulista Ruth Escobar.

Em 15 de novembro de 1986, foram realizadas eleições diretas para todos os cargos eletivos, com exceção do Executivo federal. Com o número de 51 deputadas federais triplicado, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte. A intensa mobilização do CNDM e das mulheres no Congresso Nacional, aliada à Bancada Feminina, levou alguns parlamentares conservadores a batizar o movimento como o *Lobby* do Batom. Não se intimidando, as feministas transformaram este *slogan* numa bandeira de luta pelos direitos das mulheres e estiveram presentes em diversas etapas do processo constitucional, inclusive incluindo suas propostas na Carta das Mulheres aos Constituintes.

Já o ano de 1988 foi bastante agitado, com a aprovação da Nova Carta Constitucional, a redemocratização da sociedade brasileira estava caminhando bem. O centenário da abolição gerou uma onda de protestos em todo o Brasil. A situação de exclusão e precariedade da população negra se transformou em denúncia e foram organizadas marchas populares contra a “falsa abolição”.

Com o apoio da OAB/SP, o CNDM/Programa da Mulher Negra organizou um júri simulado, com distintas entidades da sociedade civil, denominado “Tribunal Winnie Mandela”, a fim de discutir o racismo no Brasil e condenar qualquer tipo de discriminação contra as mulheres negras, incluindo o racismo institucional.

No dia 15 de novembro, foram realizadas eleições diretas para o Executivo municipal, no qual 107 (cento e sete) mulheres foram eleitas prefeitas, segundo fontes do Ibam. Destas, duas mulheres marcaram seu pioneirismo. **Em Santa Catarina, Maria Zandonadi de Carvalho, no Município**

de Bom Jardim da Serra. Maria Castro de Souza Araújo entrou para a História Política do recém-emancipado Estado do Tocantins, eleita para assumir a gestão de Axixá. O Rio Grande do Norte – Estado pioneiro na concessão do voto feminino – elegeu sua primeira prefeita da capital Natal, Wilma de Faria. E São Paulo também elegeu, pela primeira vez, uma mulher para estar à frente da gestão da capital: Luiza Erundina.

1982

Alair Borges Pimentel

1ª prefeita do Espírito Santo – Município de São José do Calçado.

Em 1982, pela primeira vez, o Estado do Espírito Santo teve mulheres à frente da gestão municipal, elegendo duas prefeitas. Uma delas foi Alair Borges Pimentel. Ela foi a primeira prefeita do Município de São José do Calçado, conquistando 2.782 votos.

Hilda Bastos Resende Figueiredo

Eleita no Espírito Santo em 1982 – Município de Apicá.

Hilda Bastos Resende Figueiredo, no ano de 1982, venceu a disputa pela prefeitura de Apicá, Espírito Santo, com um total de 1.134 votos. Esta vitória a coloca na história como a primeira mulher a estar à frente da gestão do Município de Apicá e do Estado do Espírito Santo, ao lado de Alair Borges.

Marieta Pereira de Sousa

1ª prefeita do Mato Grosso do Sul – Município de Angélica.

(1947) A professora Marieta Pereira de Souza chegou ao Município de Angélica, no Mato Grosso do Sul, em 1968. Eleita prefeita pela primeira vez em 1982 com um total de 2.111 votos, Marieta foi a primeira mulher a ocupar tal cargo no recém-criado Município. Em atuação na política até os dias de hoje, é vereadora, faz parte da Mesa Diretora da Casa de Leis como segunda secretária e preside a Comissão de Justiça, Legislação e Redação. Seu esposo e filho também seguem carreiras políticas, consolidando uma família que possui um importante prestígio local e no Estado.

Neuza Paulino Maia

*Eleita no Mato Grosso do Sul em 1982 –
Município de Brasilândia. (1937-2017)*

Neuza Paulino Maia nasceu no dia 20 de janeiro de 1937. Em 1982, estreou na política como a primeira prefeita do Município de Brasilândia, no Mato Grosso do Sul. Neuza Paulino foi a primeira mulher a ocupar este cargo e a oitava pessoa a estar à frente desta gestão no Município. Ao lado de Marieta Pereira, ambas são consideradas pioneiras no Estado do Mato Grosso do Sul. No mês de janeiro de 2017, Neuza comemorou seus 80 anos de idade com a família, mas faleceu em outubro do mesmo ano, deixando seu nome registrado na História Política do país.



Foto: Divulgação/ Assembléia Legislativa de Rondônia

Lúcia Tereza

1ª prefeita eleita em Rondônia – Município de Espigão do Oeste.

Lúcia Tereza Rodrigues dos Santos nasceu no Estado de São Paulo, no Município de Presidente Prudente, em 31 de outubro de 1946. Em 1974, chegou a Espigão D'Oeste, em Rondônia e, no ano seguinte, assumiu a direção da Escola Sete de Setembro. Em 1982, entrou para a política, quando foi eleita pela primeira vez prefeita de Espigão, sendo também a primeira prefeita do Estado. Nos anos seguintes, ocupou o cargo de deputada estadual, por três mandatos consecutivos, sendo eleita nos pleitos de 1990-1994-1998. No ano 2000, candidatou-se, novamente, para a prefeitura de Espigão D'Oeste, sendo eleita e reeleita em 2004, para o segundo mandato consecutivo e o terceiro à frente da gestão municipal. Em 2014, foi eleita deputada estadual, função que exerceu até seu falecimento.



Foto: Divulgação/ Assembléia Legislativa do Ceará

Maria Luiza Fontenele

*1ª mulher a governar a capital do Ceará –
Município de Fortaleza. (1942)*

Maria Luiza Menezes Fontenele nasceu em Quixadá (CE), no dia 27 de novembro de 1942, filha de Diva de Menezes Fontenele e Antonino Fontenele. Socióloga, professora universitária, primeira prefeita de Fortaleza (eleita em 1985), deputada estadual (eleita em 1978 e 1982) e deputada federal (eleita em 1990). Defensora dos direitos das mulheres, Maria Luiza nunca abandonou a agenda feminista, pela qual pautou sua luta em prol da cidadania e dignidade para mulheres do seu Estado e do Brasil. Tentou uma vaga no Senado Federal, em 1994, mas não obteve êxito. Desiludida com o sistema político vigente, afastou-se da militância partidária e, em 2000, fundou com outros(as) intelectuais de esquerda o grupo “Crítica Radical”.



Foto: Divulgação/ Câmara dos Deputados

Luiza Erundina

Tornou-se prefeita de São Paulo (SP), maior metrópole da América Latina.

(1934) Luiza Erundina de Sousa nasceu no dia 30 de novembro de 1934, na cidade de Uiraúna (PB). Filha de Antônio Evangelista de Sousa e Ene-dina de Sousa Carvalho, desde pequena, junto com os irmãos(ãs), ajudava os pais no sustento da família. Na década de 1970, em plena ditadura militar, Erundina passou a participar das Ligas Camponesas, sofrendo perseguições. Transferiu-se para São Paulo (SP), em 1971. Assistente Social e mestre em Ciências Sociais, ingressou na política como vereadora (eleita em 1982). Além de atuar na Câmara Municipal, foi prefeita de São Paulo (eleita em 1988), deputada estadual (eleita em 1986), deputada federal (eleita em 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014). Erundina possui uma longa trajetória no âmbito da política e é conhecida, nacionalmente, por sua postura íntegra e firme.

Em 1988, tornou-se a primeira prefeita de São Paulo capital, marcando o seu pioneirismo na História Política do país.

Maria Zandonadi de Carvalho

1ª prefeita de Santa Catarina – Município de Bom Jardim da Serra.

Maria Zandonadi de Carvalho é a primeira prefeita catarinense, eleita no pleito de 15 de novembro de 1988, para gerir o Município de Bom Jardim da Serra, em Santa Catarina. Em 2016, ela e outras personalidades políticas receberam uma homenagem pelos 50 anos do artido do Movimento Democrático Brasileiro.

Maria Castro de Souza Araújo

1ª prefeita de Tocantins – Município de Axixá de Tocantins.

Natural de Pedreiras, Maranhão, Maria Castro nasceu no ano de 1951 e chegou ao Tocantins com o marido em 1967, quando a região ainda pertencia a Goiás. Em 1988, quando Tocantins foi elevado à categoria de Estado, pela Constituição Federal, ocorreram as primeiras eleições para definir seus representantes e Maria Castro foi eleita prefeita de Axixá, 1988. Seu ingresso na política foi incentivado por seu marido, importante político e líder local. Com esta vitória à frente da prefeitura, entrou para a história do Município e, também do Estado, como a primeira mulher a estar à frente de uma prefeitura no Tocantins. Naquela época ainda não havia a reeleição para o cargo de prefeito(a), então dona Maria, como era popularmente conhecida, candidatou-se ao cargo novamente no pleito de 1996, sendo eleita mais uma vez para o mandato de 1997-2000. Faleceu aos 65 anos, vítima de um câncer.

DÉCADA DE 1990

Quando a década de 1990 chegou, os vários anos de luta feminista já tinham promovido mudanças profundas na sociedade brasileira. Assim, escolarizadas, trabalhadoras, com menor número de filhos, as mulheres invadiram a cena pública. Nessa década, 439 mulheres se elegeram prefeitas. Autonomia e independência se espalhavam, transformando as relações familiares, jogando no lixo velhos tabus como o da virgindade e desmontando a cultura do patriarcado. Inclusive, historiadores como Eric Hobsbawn reconheceram que a revolução cultural gerada pelas mulheres alterou a face do século XX, promovendo mudanças de comportamento, transformando os padrões familiares e abrindo espaço para a liberalização dos costumes, no bojo dos quais vieram outros movimentos reivindicatórios como o de gays e lésbicas.

Diante deste cenário, uma série de Conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) contribuiu para ampliar a agenda do movimento feminista. O marco inicial foi a Eco 92 (Brasil), passando pela Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena/1993), na qual foi elaborada uma “Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher”, culminando na Conferência sobre População e Desenvolvimento (Cairo/1994) e na IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing/1995). O processo de preparação dessas conferências fortaleceu os movimentos e suas articulações em todo o mundo e, no Brasil, a Conferência Mundial da Mulher abriu a oportunidade para a criação da Articulação de Mulheres Brasileiras, reunindo fóruns e grupos já existentes, além de estimular a criação de novos espaços de debate em todo o país. E a ação internacional seguiu-se no século seguinte: em 2001, especialmente organizações de mulheres 53 negras se mobilizaram para participar da III Conferência Mundial sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban/África do Sul).

Já no Congresso Nacional, o início dos anos 1990 foi marcado pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, eleito pelo Partido da Re-

construção Nacional (PRN). Após graves acusações contra o seu governo, a Câmara dos Deputados criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar essas denúncias, que culminaram com a sua renúncia e a suspensão de seus direitos políticos por 8 (oito) anos. O julgamento ocorreu no dia 29 de dezembro de 1992, mas, antes disso, Collor renunciou ao mandato e Itamar Franco, seu vice, foi quem assumiu o cargo.

Nesse ano, foram realizadas eleições para o Executivo municipal em dois turnos: no dia 3 de outubro e 15 de novembro. **No total, foram cerca de 163 mulheres eleitas para prefeituras locais, sendo 89 (oitenta e nove) só na região Nordeste.** A cidade de Salvador, **capital da Bahia, pela primeira vez elegeu uma prefeita, Lídice da Mata, e Boa Vista, capital de Roraima, também elegeu pela primeira vez uma mulher para assumir a prefeitura, Teresa Surita.** No dia 21 de abril de 1993 – dia do feriado de Tiradentes – houve um plebiscito para a escolha do sistema de governo (Presidencialismo ou Parlamentarismo). Neste período, o então ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso (FHC), era um nome forte no cenário nacional. No dia 3 de outubro de 1994, eleições diretas levaram FHC à presidência da República.

No ano de 1996, **283 mulheres ocuparam as prefeituras brasileiras. Os Estados do Acre e Sergipe ganharam prefeitas pela primeira vez. Nordeste bate o recorde, com 20,1% de prefeitas eleitas.** Uma grande novidade destas eleições foi a estreia de urnas eletrônicas nas sessões eleitorais, agilizando o processo de votos e a contagem deles. A respectiva legislação 9.100/1995 foi aplicada nas eleições para o Executivo municipal, que foram realizadas em dois turnos – 3 de outubro e 15 de novembro –, provocando um salto significativo no número de mulheres eleitas para as prefeituras.

Algumas dessas mulheres marcaram o seu pioneirismo em alguns Estados. **Ângela Regina Heinzen Amin Helou foi a primeira mulher a assumir a gestão de Florianópolis, capital de Santa Catarina. Assim como Kátia Born foi a primeira mulher a gerir a capital de Alagoas, Maceió. Antônia França de Oliveira Vieira assumiu a gestão de Sena Madureira, no Acre. No Estado do Sergipe, 5 (cinco) mulheres entraram para a Histó-**

ria Política como primeiras prefeitas dos Municípios de: Amparo de São Francisco (Marielze Vieira Rosa), Moita Bonita (Leda Maria Costa Barreto), Divina Pastora (Acácia Maria Costa), Ribeirópolis (Fátima Regina Céspedes Passos) e Cedro de São João (Ângela Maria de Fraga Souza).

1992

Conceição Andrade

Eleita prefeita da capital do Maranhão (São Luís)

Conceição Andrade entrou para a política nos anos 70. No ano de 1986 foi eleita Deputada Estadual no Maranhão e em 1992 assumiu a prefeitura de São Luís. Implementou vários projetos sociais na capital, como meia-passage, terminais da integração e melhoria de feiras livres.

Lídice da Mata

Eleita prefeita da capital da Bahia (Salvador)

Lídice da Mata e Sousa nasceu em Cachoeira, no Recôncavo baiano, no dia 12 de março de 1956, filha da sindicalista Margarida Maria da Mata e Sousa e Aurélio Pereira de Sousa. Foi no movimento estudantil universitário, da década de 1970, que Lídice iniciou sua militância política. No ano de 1982, foi eleita vereadora de Salvador e anos depois foi eleita deputada federal.



Fonte: Divulgação/Prefeitura Municipal de Boa Vista

Maria Teresa Surita

Eleita prefeita da capital de Roraima (Boa Vista).

Começou sua carreira política como deputada federal, em 1990, representando o Estado de Roraima. Em 1992, pela primeira vez, foi eleita prefeita de Boa Vista, capital de Roraima. Em 2000, assumiu novamente a prefeitura de Boa Vista, sendo reeleita em 2004. Posteriormente, ocupou até fevereiro de 2010 o cargo de secretária nacional de políticas urbanas no Ministério das Cidades. Decidiu abandonar o cargo para disputar as eleições federais de outubro deste ano como candidata a deputada federal. Foi eleita como a quarta candidata a deputada federal proporcionalmente mais votada do país. Nas eleições municipais de 2012, foi eleita pela quarta vez como prefeita de Boa Vista. Em 2016 foi reeleita e atualmente está exercendo o seu quinto mandato.

SÉCULO XXI

1ª DÉCADA

Nessa primeira década do século XXI, o número de prefeitas deu um salto maior ainda, passando para 1.250 mulheres eleitas em pleitos municipais.

No ano de **2000, 332 mulheres foram eleitas**. Marta Suplicy assume a prefeitura de São Paulo (capital de São Paulo), Ângela Regina Heinzen Amin Helou é reeleita prefeita de Florianópolis (capital de Santa Catarina) e Nilmar Ruiz é eleita prefeita de Palmas (capital de Tocantins).

As eleições para o Executivo municipal foram realizadas em dois turnos, 1º e 29 de outubro, respectivamente. As quatro novidades neste pleito municipal foram: (1) a possível reeleição imediata dos prefeitos eleitos em 1996, mediante emenda constitucional aprovada em 1997; (2) a universalização das urnas eletrônicas, que em 1996 foram experimentadas pela primeira vez em umas 50 cidades maiores; (3) o aumento das cotas para candidatas a vereadora, de 20% para 30%; e (4) a alteração do cálculo do quociente eleitoral para a eleição proporcional (vereador), onde os votos em branco deixaram de ser considerados válidos.

No ano de 2002, a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, organizada por dez redes, fóruns, articulações nacionais, contou com a presença de 2 mil participantes. Precedida por conferências estaduais, o 56 encontro aprovou a Plataforma Política Feminista. Ainda neste ano, através do Decreto 4.377, entrou em vigor no Brasil a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1979. No-

vas eleições para o Executivo federal se aproximavam e a era FHC chegava ao fim, com altas taxas de desemprego. Em outubro, de 2002, em dois turnos, o Brasil elegeu, pela primeira vez, um candidato da esquerda para gerir o país, o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva.

Nas eleições de 2004, 415 mulheres foram eleitas como prefeitas. Roraima, Alagoas e Rio Grande do Norte foram os Estados que mais elegeram prefeitas mulheres. Nas eleições municipais realizadas em dois turnos no mês de outubro – dias 3 e 31 –, Luizianne Lins e Teresa Surita foram as únicas mulheres eleitas para assumir a prefeitura de duas capitais: Fortaleza (Ceará) e Boa Vista (Roraima), respectivamente. Subiu para 416 o total de mulheres eleitas para gerir um Município, num total de 5.561 Municípios brasileiros. **E pela primeira vez na História do Estado do Amapá – elevado à categoria de Estado na Constituição de 1988 – duas mulheres assumiram a gestão municipal: Euricélia Melo Cardoso Lobo (Laranjal do Jari) e Francimar Pereira da Silva Santos (Serra do Navio).**

No ano de 2006, o movimento de mulheres comemorava uma grande conquista, a aprovação da Lei Maria da Penha 11.340, que “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher”. Essa legislação foi batizada de Maria da Penha em homenagem à biofarmacêutica que ficou paraplégica após ter levado um tiro do marido na década de 1980. Seu caso foi levado à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos e o primeiro a ser considerado um crime de violência doméstica na História.

No pleito municipal de 2008, foram 503 prefeitas eleitas. Destaque para Luizianne Lins, reeleita prefeita de Fortaleza (CE). Nesse ano, novas eleições para o Executivo municipal foram realizadas em dois turnos 05 e 26 de outubro. No total, foram 503 mulheres eleitas prefeitas, em 5.566 Municípios brasileiros.

Esses dados nos mostram que a representatividade das mulheres no âmbito da política é muito pequena, temos um longo caminho a percorrer na direção da paridade. Em 2009, foi criado o Observatório Brasil da Igualda-

de de Gênero, uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em parceria com instituições públicas, organizações da sociedade civil e órgãos internacionais para dar visibilidade e fortalecer ações do Estado brasileiro para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres. Aproximando-se das eleições de 2010, o presidente Lula lançou a candidatura da então ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff para a Presidência da República. No período da campanha, defendendo uma agenda voltada para as questões sociais, Dilma cresceu 50% nas intenções de voto. Nas urnas, a disputa no primeiro turno, realizada em 3 de outubro, foi acirrada entre duas candidatas e um candidato: Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (PV) e José Serra (PSDB). O segundo turno, realizado no dia 31 de outubro, ficou entre as legendas do PT e PSDB, mas o povo elegeu a Dilma Rousseff – a primeira mulher a assumir a gestão do país.

2ª DÉCADA

**Nas eleições municipais de 2012 e 2016,
foram eleitas 1.302 prefeitas.**

2012

Nesse processo eleitoral local, as **mulheres conquistaram 659 prefeituras**, representando 12,03% do total de prefeitos eleitos. Esse foi o ano em que mais foram eleitas mulheres na política local brasileira. Em outubro, as eleições para o Executivo municipal foram decididas em dois turnos, nos dias 7 e 28 do mesmo mês. A maioria das prefeitas eleitas foi da região Nordeste (293), o correspondente a 16,34%.

Esse ano foi marcado pelo aniversário de 80 anos de conquista ao direito

do voto feminino no Brasil. Também foi a primeira eleição municipal realizada na vigência da lei 12.034/2009, que estabeleceu que «cada partido ou coligação **preencherá** o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo». A troca do verbo “reservar” para “preencher” buscou forçar os partidos a oferecerem mais oportunidades para as mulheres.

Para uma real conquista da igualdade, o caminho acertado seria a obrigação dos partidos garantirem a paridade de gênero (50% para cada sexo) em listas de candidaturas. Mas essa mudança promovida na lei de cotas brasileira já configurou algum avanço, pois gerou um aumento no número de candidatas mulheres para vereadoras e prefeitas. Nessas eleições, houve, então, um pequeno crescimento no número de mulheres eleitas para as Câmaras Municipais e um aumento maior para as prefeituras. No entanto, ainda pode ser interpretado como um avanço de pequeno porte. O Brasil continua muito longe da conquista da igualdade entre mulheres e homens na política.

2016

Pela primeira vez houve uma queda no número de prefeitas, com 643 mulheres eleitas, representando 11,57% do total. Apesar das esperanças com a nova legislação que impôs a cota de gênero e que pareceu surtir efeito em 2012, dessa vez houve retrocesso. Espera-se agora que as próximas eleições, em 2020, tragam resultados mais animadores.

Por outro lado, o percentual de mulheres que disputaram cargos eletivos ultrapassou 30%. De acordo com o TSE, a primeira vez que isso ocorreu foi nas eleições municipais de 2012, quando partidos políticos e coligações atingiram o percentual de 32,57% de candidatas.

Essas eleições municipais de 2016 ocorreram em um período político bem

complicado, vindo na onda das investigações da Operação Lava Jato, para combater a corrupção no país, e do recente *impeachment* da presidenta Dilma. Tendo em vista que os 5.568 Municípios brasileiros elegeram apenas 643 mulheres como prefeitas, ficou claro que a Reforma Política tem caráter de urgência, uma vez que discriminações históricas em relação à participação das mulheres na política ainda são um grande obstáculo que precisa ser repensado com muito cuidado.

Na Câmara Federal, a representatividade feminina não ultrapassa a marca dos 12%. Incomodados com essa injustiça, várias Instituições, partidos e organizações feministas voltaram suas agendas para o cenário das eleições, com o objetivo de mudar essa realidade.

Prefeitas que se destacaram na diretoria da CNM

A Confederação Nacional de Municípios possui uma história de 39 anos de serviços prestados ao municipalismo. Tem sua diretoria eleita e empossada nos termos estatutários, integrada por prefeitos(as) e ex-prefeitos(as) vinculados(as) às entidades estaduais de Municípios.

A gestão dá-se de forma colegiada, incluindo cargos de presidente, vice-presidentes, secretários, tesoureiros, conselheiros fiscais e representantes regionais. Veja abaixo as mulheres que já fizeram parte das diretorias eleitas pela CNM ao longo desses 39 anos.

Simone Nassar Tebet

Três Lagoas/MS

Foi prefeita de Três Lagoas por duas vezes, bem como vice-governadora do seu Estado. Atualmente exerce o mandato de senadora da República. Na política, estreou em 2002, quando foi eleita deputada estadual. Em 2004 foi eleita prefeita de Três Lagoas, sendo reeleita em 2008. Deixou a administração em março de 2010, antes de encerrar o mandato, para sair candidata a vice-governadora, vencendo a eleição. Simone foi a primeira mulher a fazer parte da diretoria da CNM, exercendo mandatos de 2003 a 2006, 2006 a 2009 e 2009 a 2012.

Rosiana Lima Beltrão Siqueira

Feliz Deserto/AL

Foi prefeita de Feliz Deserto/AL de 2001 a 2004, sendo reeleita para o mandato de 2004 a 2008. Também foi presidente da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA) de 2003 a 2005, sendo também reeleita até 2006. Exerceu a presidência do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios (ABM) de 2002 a 2004. Na CNM, foi atuou como membro do Conselho Fiscal de 2005 a 2008. Também foi membro do Comitê de Assuntos Federativos (CAF) de 2004 a 2007 e da Diretoria da CNM no período de 2006 a 2009. Atualmente é a representante titular da região nordeste no Conselho Político da CNM.

Sueli Aragão

Cacoal/RO

Foi prefeita do Municípios de Cacoal/RO por dois mandatos, no período de 2000 a 2008. Tornou-se a primeira prefeita a administrar o município de Cacoal por duas vezes consecutivas. Foi eleita deputada estadual em 1994 e reeleita em 1998. Em 2010 foi pré-candidata ao governo do Estado. Participou da diretoria da CNM no período de 2006 a 2009.

Renilde Bulhões

Santana do Ipanema/AL

Foi prefeita de Santana do Ipanema por dois mandatos, durante os períodos de 2005 a 2008 e 2009 a 2012, entrando para o livro da história do Município como a primeira mulher a ser eleita e reeleita como prefeita dessa cidade. Atualmente, foi empossada como Senadora da República. Participou da diretoria da CNM no período de 2009 a 2012, juntamente com Simone Tebet e Eliene.

Eliene Leite Araujo Brasileiro

General Sampaio/CE

Foi prefeita do Município de General Sampaio/CE de 2004 a 2008. Chegou à pequena cidade de General Sampaio em 1997 para assumir a Procuradoria Jurídica do Município. Nas eleições de 2000, elegeu-se vice-prefeita de Acinésio Bezerra. Em 2014, foi candidata a Deputada Estadual do Ceará. Fez parte da diretoria da CNM no período de 2009 a 2012.

Maria Quitéria

Cardeal da Silva/BA

Seu primeiro cargo público foi como Secretária Municipal de Turismo, em 2004, na cidade de Penedo, Estado de Alagoas. Foi eleita prefeita de Cardeal da Silva nas eleições de 2008 e vice-presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), em 2011. Em 2012, foi reeleita prefeita de Cardeal da Silva e, em 2013, foi eleita a primeira mulher Presidente da UPB. Em 2015 foi reconduzida ao cargo de Presidente da UPB. Foi a única mulher compondo a diretoria da CNM no período de 2012 a 2015.

Atual diretoria

Atualmente compõem a Diretoria da Confederação Nacional de Municípios para a gestão 2018-2021, as seguintes prefeitas:

Daniela de Cássia

Monteiro Lobato/SP

Rosiana Beltrão

Feliz Deserto/AL

Marilete Siqueira

Tarauacá/AC

Socorro Neri

Rio Branco/AC

Bibliografia

ÁLVARES, Luiza Miranda. Ativismo Político e Voto entre os condicionantes da carreira política de mulheres: estudo de caso no Pará. In. *Mulheres na Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e o Padrão de Carreira Política no Brasil*. (Tese de Doutorado) IUPERJ, 2004.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, José Eustáquio Diniz. “Mulher na política: democracia e ações afirmativas”. *Universidade e sociedade*, v.9, n.20, p.71-75, set./dez. 1999.

ALVES, José Eustáquio & ARAÚJO, Clara. *A política de cotas no Brasil: o sistema eleitoral e sub-representação feminina*. Rio de Janeiro: Lasa, 2009, 25 p.

ARAÚJO, Clara. “As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais”. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v.44, n. 1, p. 155-195.

ARAÚJO, Clara. “Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil”. *Estudos Feministas*, v. 6, n. 1, p. 71-90, jan./jun. 1998.

BLAY, Eva Alterman. *As prefeitas: a participação política da mulher no Brasil [recurso eletrônico]*. 2ª ed. São Paulo: Humanitas: CERU/FFLCH/USP, 2015.

_____. *As prefeitas: a participação política da mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Avenir, 1972.

BOLETIM ELEITORAL. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, ano 27, n. 340, nov. 1979. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/168/browse?order=ASC&rpp=20&sort_by=1&etal=1&offset=525&type=title>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BORGES, Gerlayne Medeiros Barros. *Municípios no Brasil: uma análise do processo de fragmentação territorial e os efeitos do Projeto de Lei 199/2015 no Estado da Bahia*. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 10 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.589996&seo=1>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. *Características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro.

CEVA, Antonia & SCHUMAHER, Schuma. *Mulheres no poder: trajetória na política a partir da luta das sufragistas do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

ELEIÇÕES & POLÍTICAS. *Informações sobre vereadores, prefeitos, deputados, governadores e senadores*. Disponível em: <<https://eleicoespolitica.net/?home>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

FERREIRA, Maria Mary . Os bastidores da Tribuna: Mulher, Política e Poder no Maranhão. Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Estadual

Paulista. (Tese de Doutorado), 2006.

FLEISCHER, David. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). *Opinião Pública*, Campinas , v. 8, n. 1, p. 80-105, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762002000100005&lng=en&nrm=iso>.

IBAM. “Participação Feminina na Construção da democracia: um levantamento do resultado das eleições municipais (1992 a 2000) e estaduais e federais (1994 a 2002)”. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, 2000/fev. 2018.

IBGE. *Indicadores Sociais Municipais 2000*. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. “Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 363-385, maio/set. 2006.

O ECO. *Confira o ranking dos estados com mais cidades do brasil*. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/blogs/oeco-data/27440-confira-o-ranking-dos-estados-commais-cidades-do-brasil/>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

QUADRO POLÍTICO. *Políticos brasileiros*. Disponível em: <<http://www.quadropolitico.com.br/>>, Acesso em: 19 fev. 2018.

SCHUMAHER, Schuma (Coord.). *Abrealas: o feminismo na virada do século XIX-XX*. Rio de Janeiro: Redeh, 2000.

_____. *Gogó de Emas: a participação das mulheres na história do Estado de Alagoas*. Rio de Janeiro: REDEH e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

_____. *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac, 2007.

_____. *Um Rio de Mulheres: a participação das fluminenses na história do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Redeh, 2003.

_____. e VITAL BRASIL, Érico (Orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

TABAK, Fanny. Mulher e política. In: *Mulher e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. “A criação de municípios após a Constituição de 1988”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 17, n. 48, p. 61-89, fev. 2002.

TSE. *Dados estatísticos: eleições municipais realizadas em 1972*. V. 10. Brasília: Biblioteca. Digital da Câmara dos Deputados, 1988. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

Realização da Pesquisa 90 anos
de prefeitas no Brasil:



Esta cartilha é uma iniciativa do:



Realização:





/Portal**CNM**



@Portal**CNM**



/TVPortal**CNM**



/Portal**CNM**



/Portal**CNM**



app.**CNM**.org.br



www.cnm.org.br

